

18^o

ENCONTRO NACIONAL
DO PODER JUDICIÁRIO

1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA

16 DE MAIO DE 2024

RELATÓRIO

18^o

ENCONTRO NACIONAL
DO PODER JUDICIÁRIO

1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA

16 DE MAIO DE 2024

RELATÓRIO



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente

Ministro Luís Roberto Barroso

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Luis Felipe Salomão

Conselheiros

Ministro Guilherme Caputo Bastos

José Edivaldo Rocha Rotondano

Renata Gil de Alcantara Videira

Mônica Autran Machado Nobre

Daniela Pereira Madeira

Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha

Giovanni Olsson

Pablo Coutinho Barreto

João Paulo Santos Schoucair

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

Marcello Terto e Silva

Daiane Nogueira de Lira

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral

Adriana Alves dos Santos Cruz

Secretário de Estratégia e Projetos

Gabriel da Silveira Matos

Diretor-Geral

Johaness Eck

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA (DGE)

Diretora

Fabiana Andrade Gomes e Silva

Assistente II

Priscila Alberti Leite

Chefe substituto da Divisão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário

Pedro Farage Assunção

Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário

Marcos Vinícius Silva Campos

EXPEDIENTE

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretária de Comunicação Social

Giselly Siqueira

Coordenador de Múltiplos

Jônathas Seixas de Oliveira

Projeto gráfico

Eron Castro

Revisão

Carmem Meneses

2024

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
SOLENIIDADE DE ABERTURA	8
APRESENTAÇÃO DO PAINEL DE DADOS DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO	10
ACOMPANHAMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO 2021-2026	12
REUNIÕES TEMÁTICAS SIMULTÂNEAS	14
TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: A NECESSÁRIA COOPERAÇÃO DOS TRIBUNAIS	15
PAINEL DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	17
ANEXO I – LINKS DE TRANSMISSÃO E DAS APRESENTAÇÕES DO EVENTO	19
ANEXO II – PROGRAMAÇÃO DA 1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O 18º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO	20

INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, no dia 16 de maio 2024, a **1ª Reunião Preparatória para o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário**. O evento ocorreu presencialmente na sede do CNJ, em Brasília/DF.

O evento contou com a participação de presidentes dos tribunais, de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e das áreas de Gestão Estratégica.

A 1ª Reunião Preparatória teve como objetivo acompanhar o desenvolvimento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e refletir sobre as políticas e os programas em execução do Poder Judiciário.

Ressalta-se que este Relatório tem o propósito de expor de forma resumida o que foi apresentado e debatido no evento. Para tanto, exibe referências, *links* e imagens dos principais acontecimentos.

SOLENIIDADE DE ABERTURA

A solenidade de abertura foi realizada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Luís Roberto Barroso.

O ministro Luís Roberto Barroso iniciou o evento cumprimentando a todos e ressaltou a importância do planejamento para a melhora constante do Poder Judiciário, salientando a necessidade de se prestar um serviço de excelência para a sociedade.

Em seguida, o ministro citou a tragédia do Rio Grande do Sul, alertando sobre a mudança climática e salientando os esforços empreendidos pelo CNJ diante da situação. Informou que foram distribuídas para o estado do Rio Grande do Sul verbas, sobretudo oriundas de penas pecuniárias depositadas em juízo, totalizando o montante de 130 milhões de reais, e que foi criado comitê de apoio e monitoramento composto por juízes do Rio Grande do Sul.

O ministro informou ainda que, em breve, divulgará em sessão plenária do CNJ o Relatório Justiça em Números, ano-base 2023, contendo um conjunto de informações decisivas para o planejamento, de forma a preservar a qualidade e aumentar a celeridade da tramitação dos processos. Avaliou que a produtividade do Poder Judiciário é excelente, contudo, ainda não há os prazos desejáveis pela sociedade. Informou o aumento do número de processos recebidos pelo Poder Judiciário, citando a necessidade de se criarem mecanismos que neutralizem a epidemia da judicialização.

O ministro também discorreu a respeito do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, enfatizando a demanda da simplificação da linguagem no Poder Judiciário, aprimorando a prestação de serviço para a sociedade, citando a ideia de padronização de ementas, preconizando a objetividade, simplicidade e clareza.

Posteriormente, o presidente do CNJ explanou sobre o Exame Nacional da Magistratura (Enam), informando que possui objetivo de uniformizar e estabelecer patamar mínimo entre todos os candidatos. Logo após, noticiou que o exame obteve 41 mil inscritos e foram aprovados 6.761 candidatos. Destacou também que foi negociada, com as escolas da magistratura e com alguns cursos privados, a oferta de bolsas de estudos gratuitas para candidatos negros.

O ministro informou também que está em elaboração a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ) com o objetivo de modernizar a plataforma do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e transformá-la em um sistema multisserviço que permita que os tribunais façam adequações conforme suas necessidades e que garanta, ao mesmo tempo, a unificação do trâmite processual no país.

Por fim, o ministro Luís Roberto Barroso apresentou as Metas Nacionais do Poder Judiciário, relacionando-as com projetos em andamentos no Conselho. Em seguida, abriu espaço aos presidentes dos tribunais para se manifestarem e darem sugestões sobre os assuntos abordados no evento.



Solenidade de Abertura

APRESENTAÇÃO DO PAINEL DE DADOS DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO

Posteriormente, compuseram a mesa para apresentação do Painel de Dados de Pessoal do Poder Judiciário a juíza auxiliar da Presidência e coordenadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Ana Lúcia Aguiar, e a diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Gabriela Soares.

Com a palavra, a diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Gabriela Soares, discorreu a respeito do Painel de Dados de Pessoal do Poder Judiciário, apresentando suas funcionalidades e resultados.

Em seguida, a juíza auxiliar da Presidência e coordenadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Ana Lúcia Aguiar, deu continuidade à apresentação, exibindo alguns dados do painel.

Por fim, a juíza auxiliar da Presidência e coordenadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias finalizou a apresentação do painel, expondo a informação sobre o ingresso de mulheres como magistradas no Judiciário, ressaltando que houve leve aumento, seguido de leve decréscimo, levantando breve reflexão sobre os motivos de não ocorrer o aumento no ingresso de mulheres na magistratura.



Apresentação do Painel de Dados de Pessoal do Poder Judiciário

ACOMPANHAMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO 2021-2026

Em seguida, para apresentar o Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, compuseram a mesa o conselheiro Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, o secretário de Estratégia e Projetos, Gabriel da Silveira Matos, o juiz auxiliar da Presidência e coordenador do Departamento de Gestão Estratégica, Fábio Cesar Oliveira, e a diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Fabiana Gomes.

O conselheiro Alexandre Teixeira iniciou essa parte, colocando o CNJ à disposição de todos os tribunais e conselhos, de forma a viabilizar gestão mais participativa na elaboração das Metas Nacionais e no aperfeiçoamento da Estratégia Nacional.

Com a palavra, o secretário de Estratégia e Projetos, Gabriel da Silveira, fez breve contextualização sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário e dos macrodesafios e ressaltou que o ministro Barroso selecionou alguns temas da Estratégia para serem tratados com mais especificidade, como a redução do acervo dos processos relativos às execuções fiscais.

Logo após, o juiz auxiliar da Presidência e coordenador do Departamento de Gestão Estratégica iniciou sua fala, enfatizando o objetivo da reunião e a necessidade da colaboração dos tribunais para o funcionamento da Estratégia Nacional, realçando a missão do Judiciário e a importância das Metas para a definição das prioridades.

Em seguida, a diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Fabiana Gomes, apresentou os dados relacionados à percepção

dos tribunais referentes às Metas Nacionais de 2023, extraídos do questionário de monitoramento, esclarecendo a dinâmica avaliativa e os elementos avaliados, seguindo a apresentação, exibindo, meta por meta, a complexidade para o cumprimento da meta, os fatores que impactaram o desempenho dos tribunais e as ações de melhorias.

Em complemento da apresentação, a diretora apresentou o resultado das Metas Nacionais de 2023 e informou que os dados estarão disponíveis no Painel das Metas Nacionais, fez breve divulgação sobre o evento Disseminando Boas Práticas do Poder Judiciário, evento que ocorre uma vez por mês e permite que os tribunais divulguem as práticas adotadas pelos tribunais.

Por fim, o juiz auxiliar Fábio Cesar Oliveira contextualizou a Portaria CNJ n. 141 de 2024, que estabelece o ciclo de gestão das Metas Nacionais, sua metodologia e o apoio do CNJ aos tribunais, referente ao cumprimento das metas 1, 2 e 3, e noticiou que será realizado webinar para detalhar as ações a serem realizadas sobre o ciclo.



Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026

REUNIÕES TEMÁTICAS SIMULTÂNEAS

Em continuidade ao evento, foram realizadas reuniões temáticas, nas quais foram apresentadas ações que estão sendo coordenadas pelo CNJ, sobre os seguintes eixos:

Eixo 1 – A linguagem simples e a padronização de ementas: a comunicação eficiente do Poder Judiciário

Conselheira Daiane Lira
Dra. Adriana Cruz
Dra. Karen Luise de Souza

Eixo 2 – Os avanços da execução fiscal: Resolução 547/2024 e os diálogos institucionais

Conselheiro José Rotondano
Dra. Keity Saboya
Dr. Frederico Montedonio

Eixo 3 – Sustentabilidade e Poder Judiciário: a responsabilidade com o futuro

Conselheira Daniela Madeira
Dr. Gabriel Matos
Dra. Lívia Peres
Dr. Fábio Cesar Oliveira

TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: A NECESSÁRIA COOPERAÇÃO DOS TRIBUNAIS

Para o painel Tecnologia e Inteligência Artificial: a Necessária Cooperação dos Tribunais, compuseram a mesa o conselheiro Luiz Fernando Bandeira, a secretária-geral, Adriana Cruz, o secretário de Estratégia e Projetos, Gabriel Matos, e os juízes auxiliares da Presidência Alexandre Libonati e João Thiago Guerra.

Inicialmente, o conselheiro Luiz Fernando Bandeira abordou a necessidade de integrar a Inteligência Artificial (IA) no Judiciário brasileiro, destacando benefícios como transcrição de depoimentos, pesquisa de jurisprudência, proposição de sugestões a magistrados e redação de minutas. A ideia central é utilizar a IA para auxiliar a decisão humana dos juízes. Ressaltou que há dilema sobre o nível de regulamentação necessário para garantir o bom funcionamento da IA, enquanto se permite liberdade criativa aos desenvolvedores. A proposta inclui a regulamentação nacional para unificar os esforços dos tribunais e estimular o compartilhamento de soluções, considerando os custos e a capacidade de processamento das ferramentas. A discussão envolve também a atualização constante dos sistemas e a necessidade de uma pesquisa contínua sobre o uso e a eficácia das ferramentas tecnológicas pelos magistrados e servidores.

Logo após, o juiz auxiliar Alexandre Libonati falou sobre a importância da gestão estratégica e a integração digital no Poder Judiciário. Destacou que o Brasil, devido ao elevado número de processos, tem avançado na implementação de soluções tecnológicas. Explicou que o programa Justiça 4.0, promovido pelo CNJ, visa integrar tribunais por meio da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ) e de grande banco

de dados, o Codex. Afirmou que a PDPJ facilita a comunicação entre sistemas processuais, enquanto o Codex centraliza dados judiciais, permitindo certidões e peticionamentos nacionais. Dessa forma, a integração plena dos tribunais é essencial para o sucesso do projeto, que promete otimizar processos e economizar recursos, mas enfrenta desafios técnicos e organizacionais que requerem a colaboração de todas as partes envolvidas.

Em seguida, o juiz auxiliar João Thiago Guerra abordou a importância da tecnologia na Estratégia Nacional do Poder Judiciário e sua relação com as Metas Nacionais, ressaltando que as ações tecnológicas são orientadas por três grandes objetivos: melhorar o desempenho do Poder Judiciário, aumentar a resiliência dos serviços judiciais e aprimorar a experiência do usuário. O juiz auxiliar da presidência do CNJ mencionou a dificuldade de comunicação eficiente, mas enfatizou que todas as iniciativas tecnológicas visam beneficiar todo o sistema judicial. Por fim, destacou a importância do Banco Nacional de Precedentes (BNP Pangea) para a concretização de um sistema de precedentes qualificados, especialmente dos tribunais superiores, e a necessidade de colaboração dos tribunais para alimentar os dados necessários para esse sistema.



Tecnologia e inteligência artificial: a necessária cooperação dos tribunais

PAINEL DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Para compor o painel da Corregedoria Nacional de Justiça, foram convidados o corregedor nacional, ministro Luis Felipe Salomão e os juízes auxiliares da Corregedoria Roberta Ferme e Otavio Martins.

Com a palavra, o corregedor nacional de Justiça iniciou a apresentação do painel com breve contextualização sobre gestão e planejamento, seguida de rápida descrição a respeito da organização do Judiciário e das inovações alcançadas pelo Sistema de Justiça, enfatizando o objetivo do Encontro Nacional, sua inovação para o Poder Judiciário e o empenho da Corregedoria em apoiar o Encontro.

Logo após, o ministro Luis Felipe Salomão destacou projetos sociais promovidos pelo CNJ, como a emissão de certidões de nascimento para pessoas vulneráveis e a entrega de títulos de propriedade em comunidades carentes. Essas ações não só proporcionam cidadania e inclusão social, mas também têm impacto significativo nas vidas das pessoas atendidas, facilitando o acesso a outros direitos e benefícios. Enfatizou, ainda, que o Poder Judiciário, por meio dessas iniciativas, demonstra sua capacidade de mobilização e sua importância para a sociedade, buscando sempre planejar e executar ações que promovam a justiça e o bem-estar social.

Em seguida, os juízes auxiliares Roberta Ferme e Otávio Martins apresentaram as metas e seus resultados atingidos pelas corregedorias e abordaram ações da Corregedoria Nacional que tiveram destaque, como a desjudicialização previdenciária e a Semana Nacional do Registro Civil, além do programa Novos Caminhos para jovens acolhidos. Foram citadas, também, outras iniciativas relacionadas à eficiência na execução fiscal, à regularização fundiária, como o Solo Seguro, e à prevenção de assédio e discriminação.

O corregedor nacional finalizou o discurso, evidenciando o esforço da Corregedoria em estabelecer metas e diretrizes específicas para motivar e auxiliar na gestão dos tribunais, e ressaltou que o principal desafio é minimizar o acervo judicial crescente, consequência do aumento das demandas. Apesar disso, salientou que o Judiciário tem avançado significativamente em eficiência e resultados, e esse encontro reafirma a trajetória ascendente do Judiciário, incentivando a colaboração de todos os envolvidos no Sistema de Justiça.



Painel da Corregedoria Nacional de Justiça

ANEXO I – LINKS DE TRANSMISSÃO E DAS APRESENTAÇÕES DO EVENTO

Os vídeos de apresentação da Reunião e dos respectivos painéis realizados no evento podem ser acessados pelos *links*:

[1ª Reunião Preparatória para o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário \(manhã\)](#)

[1ª Reunião Preparatória para o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário \(tarde\)](#)

Apresentações:

[Apresentação do Painel de Dados de Pessoal do Poder Judiciário](#)

[Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário](#)

[Ciclo de Gestão das Metas Nacionais do Poder Judiciário](#)

ANEXO II – PROGRAMAÇÃO DA 1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O 18º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

18º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA

16 DE MAIO DE 2024



PROGRAMAÇÃO

Data: 16 de maio de 2024

Local: Conselho Nacional de Justiça – Brasília - DF

Público-Alvo: representantes dos órgãos do Poder Judiciário e da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário

16 DE MAIO DE 2024

9h | Credenciamento

10h | Solenidade de Abertura e Lançamento do Selo Linguagem Simples

Ministro Luís Roberto Barroso, Presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal

10h45 | Apresentação do Painel de Dados de Pessoal do Poder Judiciário

Dra. Ana Lúcia Aguiar, Juíza Auxiliar da Presidência e Coordenadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias

Gabriela Soares, Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias

11h | Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026

Conselheiro Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha – coordenação

Dr. Gabriel da Silveira Matos, Secretário de Estratégia e Projetos

Dr. Fábio Cesar Oliveira, Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do Departamento de Gestão Estratégica

Fabiana Gomes, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica

12h | Intervalo para Almoço

14h | Reuniões Temáticas Simultâneas:

- **Eixo 1** – A linguagem simples e a padronização de ementas: a comunicação eficiente do Poder Judiciário

Conselheira Daiane Lira – coordenação
Dra. Adriana Cruz, Secretária-Geral
Dra. Karen Luise de Souza, Juíza Auxiliar da Presidência

- **Eixo 2** – Os avanços da Execução Fiscal: Resolução 547/2024 e os diálogos institucionais

Conselheiro José Rotondano – coordenação
Dra. Keity Saboya, Juíza Auxiliar da Presidência
Dr. Frederico Montedonio, Juiz Auxiliar da Presidência

- **Eixo 3** – Sustentabilidade e Poder Judiciário: a responsabilidade com o futuro

Conselheira Daniela Madeira – coordenação
Dr. Gabriel Matos, Secretário de Estratégia e Projetos
Dra. Livia Cristina Peres, Juíza Auxiliar da Presidência e Coordenadora da Comissão Gestora do PLS
Dr. Fábio Cesar Oliveira, Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do Departamento de Gestão Estratégica

15h30 | Coffee-break

16h | Painel – Tecnologia e inteligência artificial: a necessária cooperação dos tribunais

Conselheiro Luiz Fernando Bandeira – coordenação
Dra. Adriana Cruz, Secretária-Geral
Dr. Gabriel Matos, Secretário de Estratégia e Projetos
Dr. Alexandre Libonati, Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do Departamento de Tecnologia da Informação
Dr. João Thiago Guerra, Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do Departamento de Tecnologia da Informação

17h | Painel da Corregedoria Nacional de Justiça e palavras finais de encerramento pelo Ministro Luis Felipe Salomão, Corregedor Nacional de Justiça

18h | Encerramento

